

Brasília-DF, 24 de janeiro de 2012

Desocupação criminosa no Pinheirinho

Violenta ação policial mata trabalhadores

Quando se imagina que um governador pode ter sensibilidade e humanidade em seus atos vem Geraldo Alckmin provar o contrário. Privilegiando os poderosos, como sempre, o governo do PSDB realizou uma operação de guerra contra um povo humilde e quase desprovido de cidadania pelo abandono do Estado. Já se fala que a PM paulista matou gente com as tais balas de borracha na desocupação criminosa do Pinheirinho. Os trogloditas agrirem e matam não só o corpo, mas a dignidade humana.



Não pouparam nem um secretário de Dilma. E ainda querem benefícios da PEC 300. Será que merecem? O puxa-saquismo da tropa de trogloditas já se fez histórico quando assassinou presos no Carandiru e ficou por isso mesmo. Agora repetem a dose contra pessoas de bem, que apenas querem o mínimo que é a moradia (nem digna) para subsistir. São Paulo não merece o governo nem a polícia que tem!

**Fonte: SP FATOS*

Assessor da Presidência diz que PM agiu "sem aviso prévio"

Atingido com uma bala de borracha durante operação de ocupação de Pinheirinho, em São José dos Campos (91 km de São Paulo), o secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, Paulo Maldos, disse, nesta segunda-feira, que a Polícia Militar agiu, atirando e usando bombas de efeito moral, sem ser provocada.

Segundo Maldos, a PM nem sequer pediu que as pessoas se afastassem antes de começar a atirar, por volta das 8h de ontem (22). "Foi totalmente surpreendente. A gente estava conversando e, de repente, bomba. Não houve aviso prévio", lembra Maldos. "Veio bomba de tudo quanto é lado. Do nada. Nem careta fizeram para isso acontecer".

Além de levar um cartucho de bala para o Palácio do Planalto, Maldos apresentará ao governo um relatório sobre o que testemunhou. Ele foi atingido nas costas, enquanto tentava escapar das bombas. Minutos antes, ele tentou se aproximar do cerco policial, na avenida dos Evangélicos, erguendo um cartão da Presidência. Mas, sob a mira dos policiais, foi aconselhado a voltar ao chegar a cerca de oito metros do cordão humano.

"Fui ao enterro de Alexandre Vannucchi, de Vladimir Herzog e do operário Santo Dias da Silva. Nunca me aconteceu nada. Agora, em plena democracia, como assessor da Presidência da República, sou atingido por uma bala de borracha".

**Fonte: AGÊNCIA FOLHA*

Atingir secretário com bala de borracha em reintegração é 'grave', diz ministro

Para Gilberto Carvalho, Paulo Maldos foi desrespeitado pela polícia em São José dos Campos

O ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, disse nesta segunda-feira, 23, considerar "um episódio grave" o fato de o secretário nacional de Articulação Social, Paulo Maldos, ter sido atingido por uma bala de borracha durante operação de reintegração de posse da área da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos. "Não vou dizer que é imperdoável, mas é grave, não pelo Paulo, mas pelo cidadãos", disse o ministro à imprensa, após participar de cerimônia no Palácio do Planalto.

Veja também:

[Alckmin diz que possível abuso será apurado](#)

[Casa Civil recebe comissão de moradores](#)

[FOTOS: Confirma imagens da reintegração de posse](#)

A Polícia Militar cumpriu ontem o mandado da reintegração de posse do Pinheirinho, área de 1,3 milhão de metros quadrados em São José dos Campos, no interior paulista. Cerca de 6 mil pessoas viviam no local. Logo cedo, a operação pegou os moradores de surpresa. "Ele (Paulo) é interrompido (durante as negociações), desrespeitado pela Polícia. Quando ele mostra a carteirinha de funcionário público federal, os guardas o desrespeitam e metem bala de borracha nele", comentou o ministro.

Paulo Maldos participava das negociações com os moradores na região. De acordo com informações da Secretaria Geral da Presidência, o secretário levou um tiro na perna, mas passa bem e trabalhou hoje normalmente. Para Gilberto Carvalho, o episódio não estremece as relações do governador Geraldo Alckmin com o Palácio do Planalto.

"Nós seguiremos dialogando, não queremos conflito com o governo de São Paulo, respeitamos a autonomia, seguiremos no diálogo. Para nós, o que está em jogo não é a posição desse ou daquele, mas o bem daquele povo, é se buscar uma saída para aquele povo que não pode ficar nessa situação", disse o ministro.

**Fonte: O ESTADO DE S.PAULO*

A lógica do dinheiro grosso contra o povo miúdo

Editorial da Carta Maior denuncia a violenta ação policial contra a ocupação do Pinheirinho

Qual o sentido em se despejar violentamente cerca de 1.660 famílias pobres, que já estão construindo suas casas, que mal ou bem abrigam-se sob um teto e erguem uma comunidade, para depois cadastrá-las nas intermináveis filas dos programas de habitação social que para atendê-las terão que adquirir ou desapropriar glebas, viabilizar projetos, contratar obras até, finalmente, um dia --se é que essa dia chegará-- devolver um chão e alguma esperança de cidadania a essa gente?

Mas, sobretudo, qual o sentido dessa enorme volta em falso quando o único beneficiário da ação policial violenta contra a ocupação de Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), chama-se Naji Nahas, um especulador notório, preso em julho de 2008 pela Polícia Federal, na operação Satiagraha, junto do não menos notório banqueiro Daniel Dantas, ambos acusados de desvio de verbas públicas, corrupção e lavagem de dinheiro? Qual o sentido? O sentido é justamente esse, apenas esse: a supremacia do dinheiro grosso contra o povo miúdo.

**Fonte: EDITORIAL - AGÊNCIA CARTA MAIOR*

Hospitais devem ser indiciados por homicídio culposo no caso do secretário

A Polícia Civil acredita que donos do Santa Lúcia e do Santa Luzia são os responsáveis pela negligência que levou à morte o secretário de Recursos Humanos do governo Dilma na madrugada da última quinta-feira.

A Polícia Civil do Distrito Federal acredita ter informações suficientes para indiciar, nos próximos dias, os donos dos hospitais Santa Lúcia e Santa Luzia, por homicídio culposo (sem intenção de matar) no caso da morte de Duvanier Paiva.

Na madrugada da última quinta-feira, o então secretário de Recursos Humanos do governo Dilma Rousseff recorreu às duas unidades de saúde, que lhe negaram atendimento porque ele não tinha uma folha de cheque para dar como caução. Duvanier, que estava acompanhado pela mulher, Cássia Gomes, foi obrigado a procurar um terceiro hospital, o Planalto, onde morreu na recepção ao sofrer um infarto agudo no miocárdio enquanto preenchia a ficha de internação. A pena para homicídio culposo pode chegar a quatro anos de prisão.

Para o diretor-geral da Polícia Civil, Onofre Moraes, ao negarem o atendimento a uma pessoa em situação grave, como a de Duvanier, os hospitais infringiram a lei que garante assistência imediata por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual ressarcirá as despesas. Segundo ele, tornou-se rotina entre os hospitais fazerem de tudo para não dar atendimento aos cidadãos que não têm planos de saúde e aos que os convênios não são aceitos pelos estabelecimentos.

A razão é uma só: faturamento. Mesmo com a exigência do cheque-caução, não há garantia de recebimento das dívidas e, no caso do ressarcimento do SUS, o valor é considerado muito baixo. Dados da Secretaria de Saúde do DF mostram que um leito na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) privado custa, em média, R\$ 3 mil por dia à rede pública.

Na avaliação de Moraes, está tudo errado: primeiro, negar atendimento; segundo, recorrer à ilegalidade do cheque-caução. “É como a diferença entre a tabela de ressarcimento do SUS é três vezes menor do que os hospitais particulares cobram, ninguém quer prestar serviços ao sistema público”, afirmou. Diante desse quadro, ele não tem dúvidas de que só resta à Civil apurar todas as circunstâncias que levaram Duvanier à morte. “Vamos averiguar tudo sobre a possível negligência”, assegurou.

Na sexta-feira passada, a polícia ouviu uma funcionária do Hospital Santa Luzia. Ontem, estavam previstos os depoimentos de sete empregados do Hospital Planalto. Agora, serão intimados todos os

plantonistas que estavam trabalhando na madrugada de quinta-feira no Santa Lúcia e familiares de Duvanier. A 1ª Delegacia de Polícia avaliará ainda os vídeos das câmeras de segurança dos hospitais envolvidos no caso Duvanier, principalmente para comprovar se houve crime de racismo.

Os policiais acreditam que a exigência de cheque-caução em situações de emergência seja corriqueira no DF, apesar de ilegal. “Nos últimos dias, várias pessoas ligaram para a delegacia relatando práticas semelhantes em hospitais particulares”, revelou Johnson Kennedy, delegado-chefe adjunto da 1ª DP. “As ocorrências são frequentes”, completou o diretor-geral da Civil. Ele explicou que a investigação está dividida em dois inquéritos: um, liderado pela Delegacia do Consumidor, avaliará se houve crime ao se pedir cheque-caução; o segundo, chefiado pela 1ª DP, vai apurar as circunstâncias da morte de Duvanier.

Inquéritos

Moraes afirmou que só depois da conclusão dos inquéritos — que têm prazo de 30 dias —, será possível determinar os responsáveis pela negligência. Mas ressaltou que a tendência é de as responsabilidades recaírem sobre os donos dos hospitais. “Eu entendo que a responsabilidade é dos donos dos hospitais, porque são eles que dão as ordens ilegais”, declarou. No entender do diretor da Civil, os médicos não podem ser responsabilizados, porque sequer teriam tido acesso ao paciente. Já os atendentes estariam apenas cumprindo ordens.

O Santa Lúcia e o Santa Luzia são também objeto de investigações do Ministério da Saúde — por determinação direta da presidente Dilma Rousseff — e do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF). O Santa Lúcia negou que tenha recusado o atendimento ou que tenha havido qualquer irregularidade. Já o Santa Luzia alegou que, após investigação interna, não encontrou qualquer registro da entrada de Duvanier na emergência, seja nos registros de vídeo, telefônicos ou relatos dos funcionários plantonistas.

Pressão dos servidores

Embora o governo ainda não tenha definido o nome de quem substituirá o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, que morreu após sofrer um infarto na última quinta-feira, os servidores públicos avisaram que não vão dar trégua. Depois das repetidas negativas do Palácio do Planalto em reajustar os salários neste ano, o funcionalismo dos Três Poderes manteve toda a pauta de reivindicações e a ameaça de uma greve geral a partir de abril, caso a equipe da presidente Dilma Rousseff não apresente uma proposta concreta de aumentos nos contracheques e de alterações nos planos de carreira.

Hoje, sindicatos que representam categorias do Executivo, do Legislativo e do Judiciário protocolarão no Planejamento, na Secretaria-geral da Presidência da República e no Supremo Tribunal Federal (STF) um documento pedindo a reabertura imediata do processo de negociação salarial com o governo.

Os servidores estão sem respostas sobre itens polêmicos, sobre direito de greve, negociação salarial e liberação de dirigentes sindicais de bater o ponto para se dedicar aos assuntos das categorias.

Acordos

Outra queda de braço é pela definição de uma política salarial permanente e de uma data-base, período em que, a cada ano, patrões e empregados se reúnem para reivindicar a revisão de salário e estabelecer os novos contratos coletivos de trabalho. “Além disso, queremos que o governo cumpra os acordos firmados no ano passado. Se não tivermos resposta até março, iniciaremos a discussão sobre a greve”, afirmou um sindicalista.

No caso do Executivo, a batalha é para que se estenda a todos os servidores de nível superior reajuste de até 78% dado a economistas, geólogos, estatísticos, engenheiros e arquitetos.

Os sindicatos também se mobilizam contra a aprovação do regime de previdência complementar do servidor público federal. Pelo Projeto de Lei nº1992/ 2007, assim como ocorre na iniciativa privada, para

ter uma aposentadoria acima do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), hoje de R\$ 3,9 mil, os servidores terão de investir em um fundo complementar. Se aprovada, a regra só será obrigatória para os trabalhadores que entrarem no funcionalismo após a implantação das mudanças.

Na avaliação do diretor executivo da CUT, o discurso de ajuste fiscal da presidente Dilma Rousseff para vetar os aumentos aos servidores, sob a alegação de que o país precisa se proteger dos reflexos da crise econômica internacional, não convence o funcionalismo. Ele observou que, hoje, as despesas com pessoal giram em torno de 30% da receita corrente líquida do governo, abaixo do teto imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 50%. “Se houver interesse político, há, inclusive, uma margem grande para negociar”, argumentou.

Disputa frustrada

No ano passado, a pressão do Palácio do Planalto para barrar os pedidos de aumentos salariais fechou de vez as torneiras para os servidores do Judiciário e do Legislativo. Nem mesmo a greve de trabalhadores de Judiciário em todo o Brasil e a intervenção do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, foram suficientes para fazer a presidente Dilma Rousseff rever sua posição.

Mudanças em secretarias

O Ministério do Planejamento criou ontem a Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público. A unidade substitui a atual Secretaria de Recursos Humanos e será responsável por definir reajustes salariais, condições de trabalho e reestruturação de carreiras no funcionalismo federal.

A repartição estava planejada para ser comandada pelo secretário Duvanier Paiva Ferreira, que morreu na última quinta-feira, vítima de infarto. O nome que irá substituí-lo e terá a tarefa de realizar o processo de negociação com os sindicatos dos servidores públicos ainda está em análise pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

O governo criou também a Secretaria de Gestão Pública (Segep), que substitui a Secretaria de Gestão. A estrutura cuidará de temas como reestruturação organizacional, capacitação de pessoal, direcionamento da força de trabalho, concursos públicos e folha de pagamento. Embora tenha sido oficializado ontem, por meio de decretos do Diário Oficial da União, o modelo estava funcionando informalmente há quatro meses. Pelo menos em tese, a proposta é democratizar as relações de trabalho com o funcionalismo e minimizar os conflitos nas mesas de negociação.

**Fonte: CORREIO BRAZILIENSE*

Crise deixa mundo com 27 milhões de desempregados a mais, diz OIT

O mundo tem hoje 27 milhões de trabalhadores desempregados a mais do que em 2007, quando começou a crise econômica global, segundo dados divulgados nesta terça-feira pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Um relatório da entidade afirma que o mundo enfrenta hoje um "desafio urgente" de criação de empregos. A OIT estima que será necessário gerar 600 milhões empregos ao longo da próxima década, para manter níveis de crescimento sustentável e coesão social.

"Depois de três anos de crise contínua em mercados mundiais de trabalho e diante das perspectivas de deterioração da atividade econômica, há um estoque de desemprego mundial de 200 milhões", afirma o documento Tendência Globais de Emprego 2012. Entre 2007 e 2010, a proporção de pessoas empregadas no mundo, em comparação com a população total, teve a maior queda registrada nas estatísticas: de 61,2% para 60,2%.

Pobreza

A entidade estima que, ao longo da próxima década, 40 milhões de pessoas entrarão no mercado de trabalho a cada ano. Seria, portanto, necessário gerar 400 milhões de empregos novos para absorver essa massa de trabalhadores, e mais 200 milhões para lidar com o atual estoque de desempregados. A OIT

afirma que não basta apenas gerar vagas para os desempregados. É preciso também criar vagas mais dignas para pessoas que já são consideradas hoje empregadas.

O relatório indica que 900 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, com renda familiar até US\$ 2 por dia, a maioria delas nos países em desenvolvimento. "Apesar de grandes esforços dos governos, a crise de empregos continua inalterada, com um em cada três trabalhadores no mundo - ou cerca de 1,1 bilhão de pessoas - ou desempregada ou vivendo na pobreza", diz o diretor-geral da OIT, o chileno Juan Somavia. "O que se precisa fazer é transformar a geração de empregos na economia real na nossa prioridade número um."

A OIT afirma que a recuperação do mercado de trabalho mundial, esboçada em 2009, foi curta, e o mundo já voltou a um cenário negativo. Os mais afetados são os jovens, de acordo com o relatório. Pessoas com idades entre 15 e 24 anos têm três vezes mais chances de estarem desempregadas do que pessoas da população adulta, com 25 anos ou mais.

**Fonte: TERRA – BBC BRASIL*

INSS faz mutirão para inscrever famílias de baixa renda na Previdência Social

Famílias com renda de até dois salários mínimos podem pagar mensalmente um valor de 5% do salário mínimo

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) iniciou nessa segunda-feira (23) um mutirão na Baixada Fluminense, para atrair famílias de baixa renda para a Previdência Social. Segundo o gerente do INSS na região, Flavio Souza, a ideia é chegar a pessoas com renda de até dois salários mínimos que não tenham vínculos empregatícios e, portanto, ainda não contribuam com a Previdência Social.

Segundo Souza, famílias com renda de até dois salários mínimos podem pagar mensalmente um valor de 5% do salário mínimo, a fim de que tenham direito a uma aposentadoria de um salário mínimo e a benefícios, como o auxílio-doença. Entre as pessoas que podem se beneficiar desse regime previdenciário estão as donas de casa.

O requisito para se inscrever no INSS é estar registrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O registro no CadÚnico é normalmente feito pelas secretarias municipais de Assistência Social.

No mutirão desta semana, no entanto, os beneficiários poderão se inscrever no CadÚnico e no INSS ao mesmo tempo. Hoje (23), os moradores de Nova Iguaçu poderão procurar o INSS na Praça Rui Barbosa. Nos próximos quatro dias, o mutirão será feito na Praça Humaitá, no centro de Duque de Caxias (no dia 24), na Praça dos Três Poderes, no bairro de Vilar dos Teles, em São João de Meriti (no dia 25), na Escola Municipal Angelo Leoni, no bairro de Jardim Xavantes, em Belford Roxo (no dia 26), e na Rodoviária de Nilópolis (no dia 27).

Apenas os moradores de cada cidade poderão fazer o CadÚnico junto com o pedido de registro no INSS, durante o mutirão. Moradores de outros municípios poderão procurar a Secretaria de Assistência Social de suas respectivas cidades e, depois, ligar para o telefone 135.

“A Previdência é um seguro público que tem como objeto principal oferecer [garantias] contra os riscos de doença, idade avançada e de proteção à maternidade. E essa proteção social é muito importante para eles. É uma garantia para o trabalhador e para sua família”, afirma Souza.

Segundo Flavio Souza, as pessoas não precisam de intermediários ou despachantes para fazer a inscrição, que é gratuita. “Há casos de aproveitadores que estão indo nessas pessoas e cobrando R\$ 50 para efetuar esse cadastro”, disse.

**Fonte: AGÊNCIA BRASIL*

Concurso: uma forma de atender a demanda do Estado

Aproximadamente 12 milhões de brasileiros se preparam para as seleções. Processo tem falhas, mas é a forma de escolher bem os novos servidores públicos

Números extraoficiais contabilizam 12 milhões de brasileiros se preparando para concursos públicos de todos os âmbitos e poderes. O assunto é complexo e pouco entendido pelos próprios candidatos a servidores públicos e pela imprensa. Entretanto, não há como ignorar a necessidade de profissionais qualificados para gerir o Estado, tão pouco o interesse de 6,31% da população que movimentam, pelo menos, R\$ 30 bilhões por ano.

O concurso público é uma instituição nova, ao menos no formato que conhecemos hoje, como forma obrigatória de ingresso no serviço público. A exigência só foi estipulada na Constituição de 1988 e foi delineada no art.37 como avaliação com “provas e/ou provas e títulos”. Nenhuma outra diretriz foi estipulada e só a prática trouxe os processos aos que se encontram nas centenas de editais divulgados todos os dias.

Inevitavelmente é um processo imperfeito ainda que a definição de democrático seja cabível. Os concurreiros, como também são chamados os candidatos, ainda aguardam a aprovação de dezenas de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional que criem o chamado “Estatuto do Concurso Público”, um conjunto de regras que definam regras básicas e evitem distorções por parte dos editais.

Desde 1988 foram editadas diversas legislações que garantem direitos e obrigações aos candidatos. Ouve evolução provocadas na prática e por avalanches de processos judiciais. No ano passado, por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu em definitivo que os candidatos aprovados dentro do número de vagas em um concurso público têm direito a nomeação. Por outro lado, seleções exclusivamente para cadastro de reserva, que podem burlar esta garantir, são mantidas, como ocorre com o próprio STJ.

São inúmeros os pontos frágeis a serem levados em consideração. O volume é bastante considerável e, se fosse citar todos aqui, iria entediar o leitor desavisado. O certo é que o país precisa de concursos públicos, precisa de servidores bem selecionados. Nos últimos cinco anos houve uma valorização do funcionário público. Ações conjuntas do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da imprensa moralizaram o ingresso de profissionais que trabalham para o Estado.

Atualmente existem 2,061 milhões servidores públicos federais ativos nos três poderes em todo país, segundo o Ministério do Planejamento. E, ao contrário do pensamento popular, não são barnabés. Aliás, a imagem do servidor público encostado, que deixa o paletó ocupar seu lugar, está em decadência. O que é excelente para o país.

Barnabés não conseguem ser aprovados em concursos com concorrências de 50, 100, 200, candidatos por vaga. Aqueles que ainda têm resquícios de malandragem tão caricata ou já desistiram ou se aposentaram. Não há espaço para eles, felizmente.

Mas, o título deste artigo é o porquê dos concursos. Explico: as demandas de Estado aumentaram em função dos 190 milhões de brasileiros que passam, paulatinamente, a ter acesso à infraestrutura, previdência, educação, justiça e saúde, só para citar alguns. Os serviços ainda estão aquém do que se faz jus ao imposto pago, porém é bastante injusto dizer que não atingem mais pessoas do que há décadas. Também não se pode deixar de lado a importância de uma fiscalização interna – com processos de avaliação de desempenho eficiente – e externa, com a cobrança da população, da mídia e dos demais órgãos de controle.

A questão é que, por meio dos concursos públicos, foi possível moralizar o emprego no Estado – digo ESTADO e não Governo – e traçar medidas que sejam capazes de permitir regressão ao antigo paternalismo. Entre os projetos de lei que aguardam discussões e aprovação estão alguns que limitam

consideravelmente os tais cargos comissionados usados como cabide de emprego, atendendo aos interesses políticos.

Acompanhando o “mundo dos concursos” diariamente há quatro anos posso dizer que há muito que melhorar e que cabe ao SOS Concurseiro e às pessoas que entendam sobre os processos seletivos divulgar, disseminar o conhecimento que envolve pontos tão complexos, que transitam em todos os poderes, mesclam a economia pública e privada e geram empregos tanto nos quadros dos órgãos e entidades quanto na iniciativa privada.

**Fonte: LETÍCIA NOBRE – CONGRESSO EM FOCO*

Caixinha: PTdoB recolhe 5% do salário dos servidores

Presidente nacional da legenda afirma que funcionários pagam por serem filiados. Informação contradiz documentos e levantamento na base de dados do TSE

A maioria dos funcionários comissionados da Câmara que trabalham para deputados do PTdoB pagam 5% do que ganham para sustentar o partido. A informação é confirmada pelo próprio presidente nacional da legenda, deputado Luís Tibé (MG). Entretanto, levantamento feito pelo Congresso em Foco revela que minoria é filiada à legenda. Dos 76 servidores, só 22% são militantes do partido.

[Leia tudo sobre a caixinha](#)

[Muitos contribuintes para poucos filiados](#)

Como “a maioria” dos funcionários paga a contribuição, o PTdoB arrecada pelo menos R\$ 5.300 por mês com o sistema. A cifra equivale à metade e mais um pouco dos R\$ 10.500 que seriam obtidos se todos os 76 servidores (que juntos ganham R\$ 211 mil por mês) eventualmente contribuíssem com a ‘caixinha’. Em um ano, a arrecadação do PTdoB chega a pelo menos R\$ 68 mil.

Documento obtido pelo site mostra que um desses funcionários não-filiados pagou R\$ 180,32 como “contribuição referente a maio e junho” do ano passado. O servidor nunca militou no partido, cujo estatuto não o obriga a pagar nada. Mesmo assim, recebeu um boleto com data de vencimento e seu nome como “sacado”. O servidor bancou a despesa com um cartão de crédito, que lhe estimava cobrar mais R\$ 6 de juros pela operação.

Veja o documento

Como vem mostrando o Congresso em Foco, documentos e denúncias indicam que diversos partidos obrigam seus funcionários comissionados a pagarem “caixinhas”. [O PSC exige 5%](#) e quem não paga é [demitido](#). Se for político não forçar o funcionário a pagar, o [parlamentar é expulso da legenda](#). No PT também houve cobrança forçada, segundo [denunciou a ex-vereadora Soninha Francine](#), embora os dirigentes petistas neguem.

A agência onde os valores são recolhidos fica em Belo Horizonte, cidade da sede da legenda e base eleitoral de Tibé

No PTdoB, a cobrança é feita por boleto bancário da Caixa Econômica. A agência 1533-4, que recolhe os valores na conta 29283-4, fica no Minas Tênis Clube, em Belo Horizonte, cidade da sede da legenda e base eleitoral de Tibé.

Contradição

Em entrevista ao Congresso em Foco, o deputado primeiro afirmou que todos os 76 funcionários do partido na Câmara são filiados e contribuem para manter o PTdoB. Os servidores referidos por ele estão no gabinete de Tibé, no da liderança da sigla e nos gabinetes de Rosinha da Adefal (AL) e Lourival Mendes (MA).

Mas isso não é verdade. Levantamento do site nos registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostra que apenas 17 (22%) são filiados ao PTdoB. Outros 57 (75%) não são. No caso de dois funcionários (3%), não se pode afirmar se estão registrados na legenda ou não porque existem homônimos no rol de mais de 163 mil filiados do partido.

Veja o levantamento, feito com base em dados colhidos no dia da entrevista com Tibé

No fim do ano passado, confrontado com informações obtidas pelo Congresso em Foco, o presidente do PTdoB recuou. Disse que “a maioria” dos funcionários contribuem. Afirmou ainda que só servidores filiados poderiam ser contratados para trabalharem como comissionados nos gabinetes de parlamentares do partido. E por quê pessoas não militantes no gabinete do presidente do PTdoB pagam caxinha? “Eu não sei te falar dessa informação”, disse Tibé, em entrevista no final do ano passado.

Ele afirmou que iria levantar mais informações sobre a filiação dos servidores semanas depois. Por isso, o site procurou o presidente do PTdoB novamente na semana passada e ontem, a fim de esclarecer as diferenças entre o que dissera e os dados do TSE. Entretanto, Tibé não foi localizado em seu telefone. Sua assessoria não retornou os recados deixados.

**Fonte: EDUARDO MILITÃO – CONGRESSO EM FOCO*

Portador de fibromialgia poderá ter jornada de trabalho reduzida

O portador de fibromialgia (dor crônica que se manifesta principalmente nos tendões e nas articulações) poderá ter a jornada de trabalho reduzida em quatro horas, condicionada à comprovação da prática de atividade física. É o que prevê o Projeto de Lei 2680/11, do deputado Miriquinho Batista (PT-PA), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT-Decreto Lei 5452/43).

Segundo o parlamentar, os sintomas da doença são agravados nos sedentários, que se cansam mais facilmente e sentem mais dor. “Como consequências temos má postura, queda no desempenho, maior dificuldade para realizar atividades diárias, desânimo e angústia. Assim a comunidade médica tem orientado, como parte do tratamento não medicamentoso, o estímulo à prática de atividades físicas”, afirma.

Qualidade de vida

Miriquinho Batista afirma que a sociedade brasileira elegeu como fundamento de sua existência a dignidade da pessoa humana. Para o deputado, é necessário “perceber as necessidades de grupos de cidadãos que, em virtude de serem portadores de doenças crônicas, demandam tempo para investir em qualidade de vida e prevenção do avanço dos quadros de enfermidade”.

Tramitação

A matéria tramita em caráter conclusivo e será examinada pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Fonte: AGÊNCIA CÂMARA)*

Com informações do clipping do Sindprevs/PR

FENASPS